

EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES ACESSÍVEIS EM MUSEUS INCLUSIVOS DO BRASIL A PARTIR DO MODELO DO MUSEU DA COMUNIDADE CONCELHIA DA BATALHA/PORTUGAL

BRAKLING, Joana Andrea Bielecki¹; MICHELON, Francisca Ferreira²; NOGUEIRA, Claudia da Silva³

¹Aluna do curso de Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis - UFPEL, bolsista de iniciação científica FAPERGS.joana.brakling@gmail.com; ² Profª. Drª do Departamento de Museologia, Conservação e Restauro do Instituto de Ciências Humanas – UFPEL.

fmicelon@gmail.com; ³ Aluna do curso de Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis - UFPEL, bolsista PET Conservação e Restauro.claudinha15.nogueira@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O início desta pesquisa buscava verificar a partir de um instrumento comparativo, a ocorrência de soluções advindas do conceito de Desenho Universal¹ entre exposições de museus brasileiros e as soluções engendradas no Museu da Comunidade Concelhia da Batalha (MCCB), Leiria, Portugal². No entanto, em consonância com outro trabalho, este de Extensão, que se iniciou no ano de 2012 e que reuniu uma equipe interdisciplinar voltada para o estudo da acessibilidade em museus³, os princípios norteadores da pesquisa remodelaram-se e, tornou-se problemática a ser investigada não mais a acessibilidade em si, mas esta como um recurso para a inclusão. A mudança de rumo derivou-se da constatação de que os conceitos de acessibilidade e inclusão são diversos e que a missão do museu pode optar por um ou outro. Verificou-se também que, mesmo que a missão enuncie, se for turva a compreensão do conceito de inclusão, o máximo que o museu atinge é apresentar os recursos acessíveis. Busca-se desenhar as ocorrências do museu inclusivo no Brasil e, portanto da aplicação do conceito de Inclusão e oferta de soluções acessíveis, bem como o discurso que as permeia e determina. Pretende-se, com os resultados obtidos, contribuir para a delimitação do conceito de museus inclusivos suplantando a indicação constante no Estatuto dos Museus⁴ que o

¹ De acordo com Ron Mace, o desenho universal consiste na criação de ambientes e produtos que possam ser usados por todas as pessoas, na sua máxima extensão possível sem depender, por exemplo, da necessidade de adaptação ou elaboração de projeto especializado para pessoas com deficiência, favorecendo, assim, a biodiversidade humana e proporcionando uma melhor adequação para todos.

² O MCCB foi inaugurado em fevereiro de 2011 como resultados de um projeto voltado para valorizar a Comunidade de Concelhia da Batalha. Formulado sobre os princípios da Nova Museologia objetiva desenvolver pesquisa, conservação e valorização do patrimônio que a ele se relaciona e do que está em sua guarda. Destacam-se neste projeto realizado as ações inclusivas apresentadas sobre um desenho universal contemporâneo, voltado para todos os públicos.

³ Programa de Extensão O Museu do conhecimento para todos: inclusão cultural para pessoas com deficiência, contemplado no Edital Proext 2011 para desenvolvimento em 2012. Sediado no Departamento de Museologia, Conservação e Restauro do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, reúne uma equipe de 14 bolsistas do Programa de sete cursos diferentes e professores de três unidades distintas (ICH, FAurb, CA) além do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão.

⁴ Lei nº 11.094, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em 13 de junho de 2012.

enuncia remetendo à legislação vigente sobre acessibilidade não abordando diretamente a principal questão: a mudança atitudinal. Apresentam-se, neste trabalho, os resultados decorrentes da análise dos museus considerados exemplares no quesito acessibilidade no Brasil, confrontados com o modelo do MCCB, observando se de fato a falha se encontra na confusão ou na aplicação do conceito de museu inclusivo.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

Fez-se necessário compreender alguns dos conceitos existentes e diversas vezes repetidos ao longo desta pesquisa como deficiência e deficiente, bem como os tipos de deficiência, acessibilidade, inclusão entre outros. Por sua vez, para que isso fosse possível, recorreu-se ao estudo da legislação vigente bem como dos decretos e normas existentes.

Pelo Decreto 914/93, entende-se deficiente como a pessoa “Que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”. Por sua vez, o decreto 5.296 regulamenta as Leis de número 10.048 (8 de novembro de 2000) e a lei de número 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelecem e preveem a adequação dos espaços físicos, de comunicação e de informação para os deficientes. Também a ABNT NBR 9050, que são as normas dirigentes de Acessibilidade aplicadas às edificações, enuncia como devem ser mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Sobre o estatuto dos museus (Lei 11.094 de 14/01/2009), atenta-se para os itens: I, II e V. Logo, às instituições museais compete: I. A Valorização da dignidade humana, II. A promoção da cidadania, V. A universalidade do acesso, o respeito e a valorização da diversidade cultural.

A aplicação da metodologia se fez a fim de conferir se as instituições estavam de acordo com o que diziam possuir e ou oferecer aos seus visitantes de acordo com os critérios de acessibilidade. Uma vez inscritas no guia dos museus e consequentemente tendo que obedecer ao Estatuto dos Museus e a legislação vigente, seis instituições (Pinacoteca do Estado de São Paulo, Museu da Língua Portuguesa, Museu de Arte Moderna de São Paulo-MAMSP, Museu de Arte Assis Chateaubriand- MASP, Museu do Futebol, Centro Cultural São Paulo e o Instituto Itaú Cultural) em São Paulo foram visitadas. Para tanto, foi formulada e preenchida uma ficha de modo a enumerar e verificar se as informações registradas no guia dos museus conferiam com o que o as instituições apresentavam. Posteriormente, comparou-se o levantamento com o que consta na publicação Museus em Números.

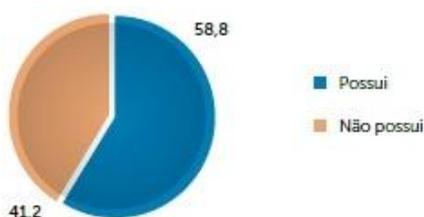
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o Cadastro Nacional de Museus, o Brasil possui hoje 3.025 museus mapeados, sendo que destes, apenas 1500 responderam ao questionário aplicado pelo IBRAM. Por sua vez, o Estado de São Paulo aglomera o maior número de instituições da região Sudeste e do país. Ao total estão mapeadas 517 instituições, no entanto, apenas 262 encontram-se cadastradas. Destas, seis instituições foram escolhidas de modo a verificar se os dados levantados durante a pesquisa de campo no que se refere à acessibilidade conferem com os dados informados nas instâncias públicas. O primeiro quesito levantado durante a pesquisa foi a qualidade do acesso

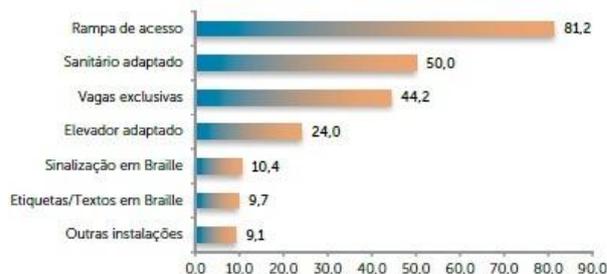
universal. De acordo com o CNM, no Estado de São Paulo, 58,8% das instituições possuem instalações destinadas aos portadores de necessidades especiais (PNE'S).

Gráfico 1- Porcentagem de Museus Paulistas que possuem instalações destinadas a PNE'S.

Gráfico 2 – Porcentagem dos tipos de instalações para PNE'S encontradas nos museus paulistas.



Fonte: CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS – IBRAM / MINC, 2010



Fonte: CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS – IBRAM / MINC, 2010

Fonte: Museu em números, 2011, p.457,458.

Tabela 1 – Dados Levantados nas Instituições Paulistas

Acesso	Pinacoteca SP	MAM SP	Museu do Futebol	MASP	Inst. Itaú Cultural	CCSP
Outras instalações	-Piso tátil, mapa tátil, recursos impressos para quem tem baixa-visão	-Piso tátil	-Piso tátil, totens informativos em 3 línguas(espanhol, inglês e português), recursos impressos para quem tem baixa-visão, telefone para surdos.	- Piso tátil	-Piso tátil	-Piso tátil
Monitores	-Agendar	-Agendar	-Agendar	-Agendar	-Agendar	-Não
Áudio Guia	-Sim	-Às vezes	-Sim	-Às vezes	-Não	-Não
Maquetes ou Esculturas Táteis	-Para deficientes visuais	-Para deficientes visuais	-Para deficientes visuais	-Algumas exposições	-Não	-Não
Programas ou projetos específicos para PNE's	-Programa Educativo para Públicos Especiais (PEPE)	-Programa Igual Diferente, cursos, Sencity.	-Programa de Acessibilidade do Museu do Futebol (PAMF)	-Não	-Não	-Projeto Livre

Fonte: Parte de ficha realizada durante a visita as instituições em São Paulo.

É visível que através da análise dos gráficos e da tabela as instituições visitadas procuram obedecer a legislação vigente e o Estatuto dos Museus uma vez que a primeira medida tomada pela maioria se refere ao acesso físico universal. E embora as três instituições tomadas como ponto de referência do estudo (Pinacoteca, MAM e Museu do Futebol) apresentem outras propostas e soluções de recepção para o público especial promovidas por programas específicos (PEPE, Programa Igual Diferente e PAMF) e por assim dizer, consideram-se instituições que promovem inclusão social, se faz necessário entender que não são somente as condições de acesso físico nem programas destinados exclusivamente ao deficiente, como por exemplo, a existência da galeria tátil na Pinacoteca, que confere o título de inclusivo a Instituição.

4 CONCLUSÃO

Um museu ou instituição inclusiva deveria seguir o que versa o periódico *Museus e Acessibilidade* realizado pelo Instituto Português de Museus: “É fundamental, portanto, que além de oferecer adaptações físicas e serviços a segmentos específicos de público, cada instituição possa desenvolver uma política de acessibilidade, que considere elementos como: nível cognitivo distinto, idades, graus de comprometimento da mobilidade física e outras eventuais diferenças existentes entre os indivíduos”. Por sua vez, o Museu de Conselheira da Batalha exemplifica isso à medida que procura transmitir através de experiências únicas, a difusão da informação e conhecimento do que está exposto para todos sem que ocorra a diferenciação do público através de soluções sutis, levando-se em consideração o público diverso que poderia vir a visitar a instituição.

Durante a listagem dos recursos acessíveis oferecidos pelos museus brasileiros, e a pesquisa *in loco* realizada nos museus de São Paulo, é visível que a maioria das instituições que apresenta um ou mais recursos, está mais preocupada com a acessibilidade física, ou seja, ao focar nas deficiências físicas, deixam-se de lado todas as outras “deficiências”, sejam elas sociais, ou educacionais. Verifica-se, portanto, que nas instituições visitadas o conceito de inclusão é aplicado de maneira diversa daquela que se observa no Museu da Batalha, visto que se consideram inclusivas à medida que oferecem recursos acessíveis. No entanto, é preciso entender que os recursos de acessibilidade podem ser meios de se promover a inclusão, mas a inclusão não advém unicamente da oferta de tais recursos.

5 REFERÊNCIAS

SARRAF, Viviane Panelli. **Reabilitação do Museu: Políticas de Inclusão Cultural por meio da Acessibilidade**. Dissertação (Mestre em Ciência da Informação), ECA/USP, 2008.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Políticas Culturais de Inclusão de Públicos Especiais em Museus**. Tese (Doutor em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2007.

Instituto Brasileiro de Museus. **Museus em Números**. IBRAM, 2011. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/publicacoes-e-documentos/museus-em-numeros/>. Acesso em 13 de Junho de 2012

Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR 9050**. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/corde/arquivos/ABNT/NBR9050-31052004.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2012.

Instituto Português de Museus. **Coleção Temas de Museologia**. Disponível em: http://impmuseus.pt/edicoes_online/pub_periodicas/temas_museologia/acessibilidade.pdf. Acesso em 14 de junho de 2012.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nºs 10.048 e 10.098**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 13 de junho de 2012.